



### Interpeção Escrita

O Parque Central da Taipa, adiante designado por Parque, já abriu em 2012, isto é, há 3 anos, no entanto, as suas instalações ainda não foram melhoradas, por exemplo, o filtro da piscina, que se suspeita ter avariado, pois detectou-se, recentemente, na água da piscina, um teor de coliformes superior aos padrões estabelecidos, isto numa piscina cujo funcionamento ainda não completou 2 anos. Entretanto, nas outras instalações do Parque também se verificam sucessivas deficiências, incluindo o elevador do silo-auto e os tapetes na zona de recreio para crianças. Portanto, perante estas situações, é certo que os serviços responsáveis pelas referidas obras têm que assumir as suas responsabilidades.

Segundo um relatório do Comissariado da Auditoria, divulgado recentemente, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), enquanto serviço responsável pela construção do Parque e respectivas instalações, não procedeu às obras em conformidade com as necessidades e exigências dos serviços-utentes, levando a que as mesmas não correspondessem ao inicialmente pretendido, e tivesse sido necessário proceder, posteriormente, a obras adicionais para suprir as deficiências. Isto revela que os referidos serviços se deparam com uma enorme barreira - uns actuaram petulantemente e sem terem em conta as opiniões concretas dos serviços-utentes, adjudicaram os trabalhos de concepção do projecto a uma empresa de design, que até alterou o design da piscina, sem terem avisado os serviços-utentes, o que resultou em



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

instalações que não preenchem os padrões de utilização; e quanto aos outros, assumiram uma postura de desleixo, aliás, nem sequer acompanharam de perto o projecto em causa.

A vistoria e a fiscalização às obras, efectuadas pelos serviços respectivos, não respeitaram os procedimentos legalmente previstos, caso da vistoria, que foi efectuada de forma apressada e descuidada, porque só se pretendia concluir as obras antes do termo do prazo fixado, tendo-se, assim, ignorado a segurança do público, desencadeado os problemas a que se assiste actualmente, e ainda desperdiçado erário público. A par disso, as autoridades não exigiram ao empreiteiro a apresentação do devido pedido de prorrogação do prazo e do novo plano de trabalho, o que constitui um desrespeito ao caderno de encargos e fez da fiscalização algo de inexistente.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil sobre o seguinte:

1. Esta situação vem mais uma vez demonstrar que existe uma enorme barreira na comunicação interserviços, especialmente, quando se trata de serviços sob a alçada de diferentes pastas. A DSSOPT não respeitou os serviços-utentes e, petulantemente, adjudicou os trabalhos de concepção do projecto a uma empresa de design, e o projecto acabou por não corresponder às necessidades e exigências reais; e quanto ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), não acompanhou de perto as



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

obras, portanto, o Governo deve reforçar a comunicação e a colaboração interserviços, bem como corrigir a actual postura de desleixo dos serviços. Vai fazê-lo?

2. Os respectivos serviços ignoraram, aquando da vistoria, as diversas deficiências das obras, aliás, até trataram das obras como se não existissem quaisquer deficiências. O facto de se encontrarem muitos problemas em relação à qualidade das instalações revela que o actual mecanismo de vistoria não está em conformidade com as disposições ordinárias, portanto, o Governo deve definir orientações, com carácter obrigatório, para a vistoria às obras. Vai fazê-lo? O caderno de encargos prevê disposições concretas para a realização das obras, e mesmo que estas não sejam cumpridas, não se coloca qualquer problema de responsabilidades, nem para os serviços nem para pessoas. Afinal, aquelas disposições têm carácter obrigatório e efeitos de responsabilização?

9 de Julho de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Leong Veng Chai**